

EVOLVE TECNOLOGIA

60.696.741/0001-80

R. Dr. José Peroba, 149 - SSA/BA- CEP: 41770-235

Telefone: (71) 2180-0154

E-mail: contato@evolveteec.com.br

AO

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE- Caxias do Sul - RS

A/C. Sr. Pregoeiro

Pregão Eletrônico: 90037/2

Data: 22/05/2025

Horário: 09:00

Processo Administrativo: 2025003398

Ref.: Recurso Administrativo – Edital: nº 90037/2025

Evolve Tecnologia, já qualificada nos autos do processo licitatório em epígrafe, por meio de seu representante legal, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento nos artigos 71, 164, 165, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021, interpor o presente:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da sua *desclassificação* ocorrida na fase de habilitação, pelas seguintes alegações:

1. *Ausência de catálogo técnico*;
2. *Ausência de manual do item cotado*;
3. *Capital social inferior a 10% do valor estimado do certame*.

Pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

I – DOS FATOS

A empresa foi desclassificada da presente licitação sob a justificativa de:

- * Não ter apresentado o catálogo técnico do(s) produto(s) ofertado(s);
- * Não ter apresentado o manual;
- * Apresentar capital social inferior a 10% do valor estimado da contratação.

Entretanto, tais razões não se sustentam, conforme será demonstrado.

II – DO CATÁLOGO TÉCNICO

A desclassificação por ausência de catálogo técnico não encontra respaldo legal, tampouco foi oportunizada a regularização, pois:

A empresa apresentou as *fichas técnicas e declarações de conformidade* do Sistema a ser desenvolvido exclusivamente para atender as necessidades do Órgão. Neste sentido, destaca-se:

Exigência de Documentação Inexistente**

-Fundamentação Legal: Art. 5º da Lei 14.133/2021 (exigências devem ser razoáveis e compatíveis com a realidade).

A exigência de manual em PDF (Anexo I, item 1.1.1.V) e amostras (item 6.7 do Edital) pressupõe que o *software* já esteja desenvolvido, contradizendo a natureza do objeto (aquisição de licença para um sistema a ser implementado). Isso cria uma **condição inexecutável** para os licitantes.

Consequência:

Desclassificação injusta por não entrega de documentos impossíveis de serem produzidos (item 6.7.3 do Edital).

O entendimento de órgãos de controle, como o TCU, é no sentido de que *exigências excessivas e não previstas de forma clara no edital violam o princípio da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório*.

Destarte, mostra-se irrazoável a exigência de catálogo técnico que, a rigor, deve ser desenvolvido ao longo da aplicação do Sistema; não obstante, foi elaborado Parecer Técnico acerca do tema, não tendo sido oportunizada a respectiva juntada.

Frisa-se, nesse momento, que, para a outra empresa (classificada em Segundo lugar), foi oportunizada a juntada de documentos faltantes, especialmente relativos a documentos financeiros contábeis, e ainda com extensão de prazo generoso acima de 24 horas para a regularização. Tal procedimento revela, por certo, a falta de isonomia no tratamento dos licitantes, desrespeitando o Princípio da Isonomia, e por decorrência, o Princípio da Proporcionalidade, que deve ser atendido pelo agente público, em todas as suas esferas, inclusive em processos administrativos.

Logo, a desclassificação foi indevida, devendo ser reconsiderada, nos termos da fundamentação supra.

III- DO MANUAL TÉCNICO

Vale salientar que o sistema deverá ser desenvolvido para atender as necessidades específicas do Órgão, sendo assim, expomos o que abaixo segue:

Falta de Especificação Clara do Ciclo de Vida do Produto
(objeto deve ser descrito de forma clara e precisa).

- Vício:

O Edital não esclarece se o *software* já está desenvolvido ou se será customizado.

A exigência de manual e amostras sugere um produto pronto, enquanto a descrição do Termo de Referência (item 3) menciona "implementação", indicando desenvolvimento futuro. Essa **ambiguidade** viola o princípio da **vinculação ao edital**.

4. Violação ao Princípio da Competitividade

- **Fundamentação Legal**: Art. 5º (garantia de igualdade entre licitantes).

- **Vício**:

A exigência de manual para um sistema não desenvolvido beneficia indevidamente empresas que já possuem produtos similares prontos, excluindo aquelas que desenvolveriam o *software* especificamente para o SAMAE. Isso distorce a **isonomia** e a **livre concorrência**.

III – DO CAPITAL SOCIAL

Com relação ao capital social:

A exigência de capital social mínimo *de até 10% do valor estimado do contrato* só é válida com justificativa técnica adequada;

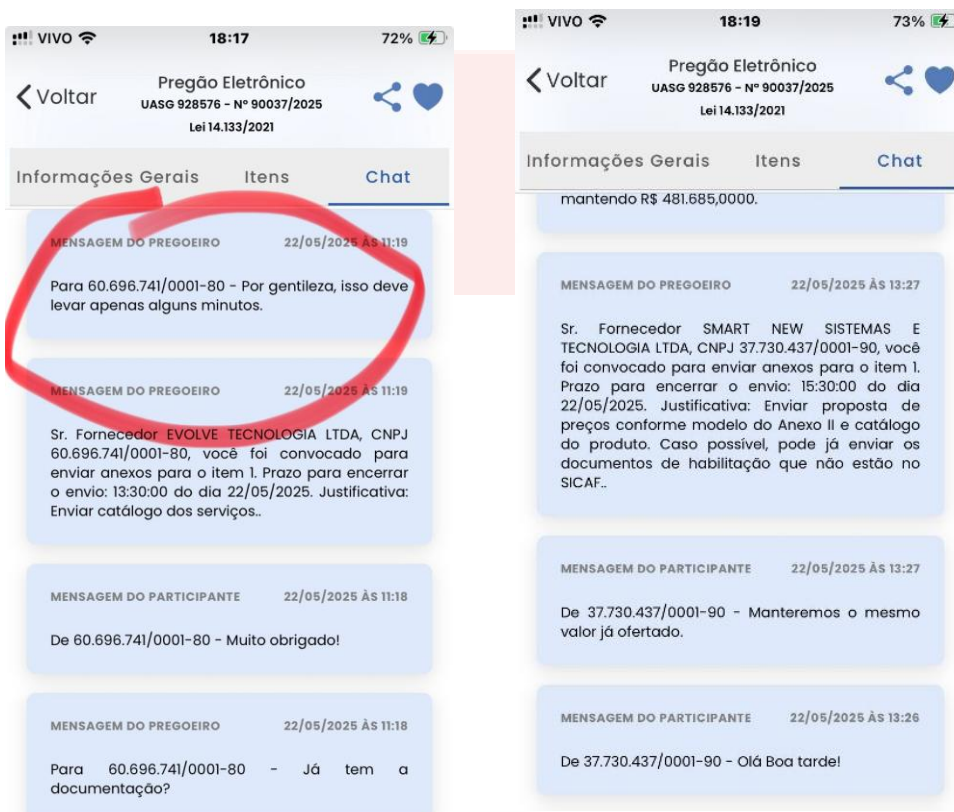
Ademais, como antes citado, a alteração do contrato social já foi formalizada, com alteração do capital social. Destaca-se, novamente, que, para outro licitante, foi oportunizada a regularização de documentação, situação que também deve ser reconhecida a este recorrente, sob pena de violação ao princípio da isonomia e princípio da proporcionalidade.

Giza-se que a exigência de capital social elevado pode ser considerada *barreira à competitividade*, sendo desproporcional quando não justificada tecnicamente.

Dessa forma, a desclassificação por esse critério também é indevida ou desproporcional.

Impende também destacar o princípio da Imparcialidade, que não foi atendido, pelos motivos abaixo citados.

Citamos o prazo estipulado pelo Pregoeiro nos quais foram muito distintos, conforme pode ser notar na ata do presente certame e alguns prints aqui inseridos, o que nos faz pensar: Porque para o envio dos documentos e proposta, para nós o Sr. Pregoeiro nos pressionou, mandando mensagens pelo chat e para o segundo colocado, percebemos que o mesmo que estipulou quando deveria encaminhar os documentos citados? Ora, Senhores, está bem explicito neste tópico o Princípio da Imparcialidade, citado abaixo:



VIVO

18:19

73%

< Voltar

Pregão Eletrônico
UASG 928576 - Nº 90037/2025
Lei 14.133/2021

Informações Gerais

Itens

Chat

MENSAGEM DO PARTICIPANTE 22/05/2025 ÀS 13:34

De 37.730.437/0001-90 - O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:34:10 de 22/05/2025. 3 anexos foram enviados pelo fornecedor SMART NEW SISTEMAS E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ 37.730.437/0001-90.

MENSAGEM DO PREGOEIRO 22/05/2025 ÀS 13:28

Para 37.730.437/0001-90 - Ok. Estou aguardando a documentação solicitada.

MENSAGEM DO PARTICIPANTE 22/05/2025 ÀS 13:27

De 37.730.437/0001-90 - O item 1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor SMART NEW SISTEMAS E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ 37.730.437/0001-90. A negociação do item 1 foi recusada pelo fornecedor SMART NEW SISTEMAS E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ 37.730.437/0001-90, mantendo R\$ 481.685,0000.

VIVO

18:20

74%

< Voltar

Pregão Eletrônico
UASG 928576 - Nº 90037/2025
Lei 14.133/2021

Informações Gerais

Itens

Chat

MENSAGEM DO PREGOEIRO 22/05/2025 ÀS 14:39

Sr. Fornecedor SMART NEW SISTEMAS E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ 37.730.437/0001-90, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 16:40:00 do dia 22/05/2025. Justificativa: Enviar demonstrativos contábeis e atestados técnicos de fornecimento..

MENSAGEM DO PREGOEIRO 22/05/2025 ÀS 14:38

Para 37.730.437/0001-90 - Se registra pela escrituração digital (SPED), deverá apresentar os demonstrativos nesse formato, nesse caso, os anos de 2022 e 2023.

MENSAGEM DO PREGOEIRO 22/05/2025 ÀS 14:37

Para 37.730.437/0001-90 - Veja, se a empresa não registra os dados contábeis pelo Sistema SPED (escrituração eletrônica), precisa enviar os demonstrativos contábeis de 2023 e 2024, com termo de abertura e encerramento, registrados na junta comercial.

VIVO

18:20

74%

< Voltar

Pregão Eletrônico
UASG 928576 - Nº 90037/2025
Lei 14.133/2021

Informações Gerais

Itens

Chat

MENSAGEM DO PREGOEIRO 22/05/2025 ÀS 14:36

Para 37.730.437/0001-90 - Sugiro que converse com a seção de contabilidade da empresa ou com o escritório de contabilidade contratado para realizar as demonstrações.

MENSAGEM DO PREGOEIRO 22/05/2025 ÀS 14:35

Para 37.730.437/0001-90 - Sr. Licitante, pedi para que verificasse bem o que foi solicitado. Além de não me enviar tudo o que foi pedido, os demonstrativos contábeis não estão no padrão exigido.

MENSAGEM DO PARTICIPANTE 22/05/2025 ÀS 14:33

De 37.730.437/0001-90 - O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 14:33:43 de 22/05/2025. 3 anexos foram enviados pelo fornecedor SMART NEW SISTEMAS E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ 37.730.437/0001-90.

VIVO

18:20

74%

< Voltar

Pregão Eletrônico
UASG 928576 - Nº 90037/2025
Lei 14.133/2021

Informações Gerais

Itens

Chat

para fornecedor SMART NEW SISTEMAS E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ 37.730.437/0001-90.

MENSAGEM DO PREGOEIRO 22/05/2025 ÀS 14:33

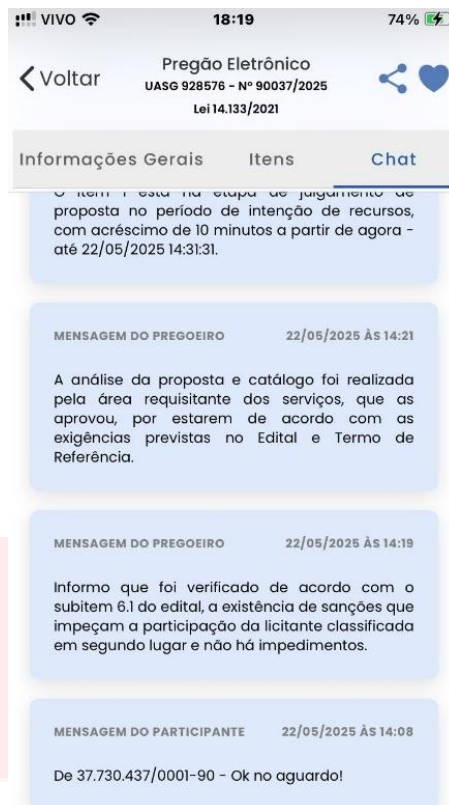
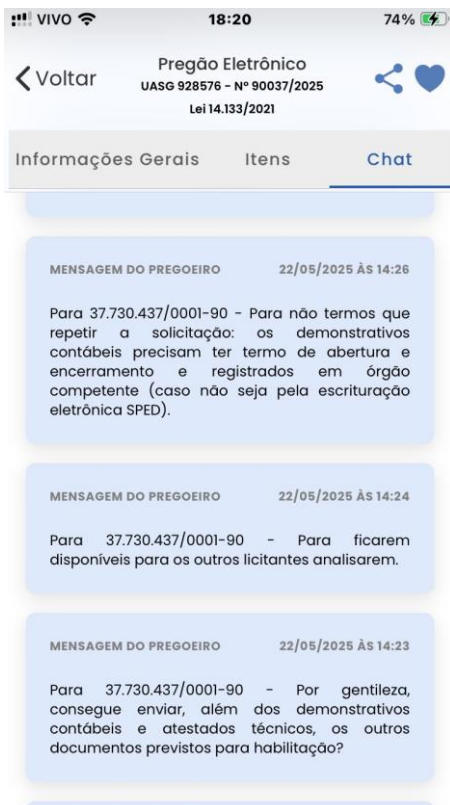
Para 37.730.437/0001-90 - Se possível, com agilidade. Só faltam esses documentos para finalizar a licitação.

MENSAGEM DO PREGOEIRO 22/05/2025 ÀS 14:32

Para 37.730.437/0001-90 - Analisa tudo o que pede lá, são alguns documentos, e anexa no sistema o que está sendo pedido.

MENSAGEM DO PREGOEIRO 22/05/2025 ÀS 14:31

Para 37.730.437/0001-90 - Na sequência, solicita qualificação econômico-financeira, que são os demonstrativos contábeis; e, por fim, pede a qualificação técnica.



DO PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE

O princípio da imparcialidade nas licitações públicas é um dos pilares fundamentais que garantem a legalidade, isonomia e a moralidade administrativa nos processos de contratação pela Administração Pública. Tal princípio decorre dos demais reconhecidos no nosso sistema legal, e em especial no que se refere à licitações públicas, especialmente elencados no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, ora colacionado:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).

O que é o Princípio da Imparcialidade?

É o dever da Administração Pública de atuar de forma neutra e sem favorecimento a qualquer licitante. Isso significa que todos os participantes devem ter igualdade de condições, sem interferências pessoais, políticas ou econômicas que possam beneficiar ou prejudicar alguém.

Fundamento Legal

O princípio da imparcialidade é um desdobramento do princípio da isonomia (CF, art. 37, XXI) e está presente de forma implícita na Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos), que trata da necessidade de julgamento objetivo e da vedação a tratamentos privilegiados.

Aplicações Práticas

Comissão de licitação deve ser formada por servidores que não tenham interesse pessoal no resultado.

Edital deve ser claro, objetivo e sem exigências que restrinjam indevidamente a concorrência.

Julgamento das propostas deve seguir critérios previamente definidos, sem subjetividade.

Vedação ao direcionamento da licitação, seja por critérios técnicos excessivamente específicos ou exigências restritivas.

Importância

A imparcialidade:

Garante a transparência do processo.

Impede a corrupção e o favorecimento.

Estimula a concorrência leal.

Protege o interesse público.

Salientamos ainda, que nossa empresa está apta a desenvolver e fornecer todo o sistema em epígrafe.

Claro que não poderíamos deixar de frisar o Princípio da Isonomia, a qual deve ser observado pela Administração Pública:

DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA

O princípio da isonomia é um dos pilares do Direito Administrativo e se mantém como fundamento essencial na Lei nº 14.133/2021, que institui o novo regime jurídico das licitações e contratos administrativos no Brasil. Esse princípio está diretamente relacionado à igualdade de condições entre os concorrentes em processos licitatórios.

1. O que é o princípio da isonomia?

O princípio da isonomia, no contexto das licitações, garante que todos os interessados tenham igualdade de condições para disputar um contrato com a administração pública, evitando favorecimentos ou discriminações indevidas.

Esse princípio está previsto no artigo 5º, caput, da Constituição Federal, e é reforçado no artigo 37, inciso XXI, que trata especificamente da obrigatoriedade de licitação para garantir igualdade de condições.

2. Princípio da isonomia na Lei 14.133/2021

A nova Lei de Licitações e Contratos reafirma esse princípio principalmente em seu artigo 87, § 4º, bem como em decorrência dos demais princípios insculpidos no artigo 5º, já citado. De certo, o artigo 5º reforça que a licitação será sempre conduzida com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, entre outros.

3. Aplicações práticas

Na prática, o princípio da isonomia se traduz em regras como:

Exigência de condições objetivas e proporcionais nos editais;

Vedação de cláusulas que restrinjam a competitividade sem justificativa;

Transparência nas etapas do processo;

Tratamento equânime nas fases de habilitação, julgamento e contratação.

4. Instrumentos de correção

Caso haja violação ao princípio da isonomia (por exemplo, favorecimento indevido a um licitante), é possível impugnar o edital, interpor recursos administrativos ou até buscar o Judiciário.

Fundamentamos, também o presente recurso nos acórdãos do TCU, destacando-se a possibilidade de saneamento de falhas por meio de diligências, em razão do interesse público envolvido:

✦ Acórdão 234/2021 – Plenário

Neste caso, o TCU considerou irregular a inabilitação indevida de licitante que havia apresentado a melhor proposta em um pregão, sob o argumento de ausência de comprovação de exigência editalícia. **O Tribunal destacou que, diante da possibilidade de sanar a falha por meio de diligência, a desclassificação sem essa tentativa prévia violou os princípios do interesse público e do formalismo moderado, comprometendo a imparcialidade do certame.**

Também destaca-se outros acórdãos no mesmo sentido:

O Tribunal de Contas da União (TCU) tem reiterado em sua jurisprudência a importância da imparcialidade nos processos licitatórios, considerando-a essencial para assegurar a isonomia entre os licitantes e a transparência nas decisões administrativas. Abaixo, destacam-se alguns acórdãos que abordam essa temática:

✦ Acórdão 713/2019 – Plenário

Neste acórdão, o TCU enfatizou que a subjetividade excessiva nos critérios de avaliação das propostas técnicas compromete a imparcialidade do julgamento. O Tribunal observou que, em licitações do tipo técnica e preço, é imprescindível que os critérios de avaliação sejam objetivos e detalhados no edital, para que qualquer avaliador imparcial chegue às mesmas conclusões, respeitando os princípios da isonomia e da moralidade administrativa.

✦ Acórdão 1257/2023 – Plenário

O TCU determinou que a comissão julgadora de licitação do tipo técnica e preço deve fundamentar adequadamente as avaliações das propostas técnicas, deixando-as consignadas em relatório circunstanciado nos autos do processo. Essa medida visa reduzir a subjetividade nas pontuações atribuídas, assegurando o cumprimento do princípio do julgamento objetivo e da imparcialidade.

Esses acórdãos ilustram como o TCU tem atuado para garantir que os processos licitatórios sejam conduzidos de forma justa e imparcial, respeitando os princípios constitucionais da administração pública. Se desejar, posso auxiliá-lo na elaboração de uma petição ou recurso administrativo fundamentado nesses precedentes.

IV – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

1. O *recebimento e provimento deste recurso, com a consequente **anulação do ato de desclassificação* de nossa empresa Evolve Tecnologia;
2. A *reanálise da proposta e da documentação apresentada*, com o retorno da empresa ao certame;
3. A *revisão dos critérios adotados*, à luz dos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, proporcionalidade e do devido processo legal.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Segue em anexo, junto a este documento, o parecer técnico do profissional habilitado da empresa, o manual técnico do sistema, os documentos de comprovação de alteração no capital social, o catálogo de serviços e produtos e a ata do certame em questão para evidenciar o ocorrido. Ainda, seguem documentos comprobatórios que a Evolve Tecnologia está habilitada, em todos os âmbitos, para prestar o serviço com eficiência.

SALVADOR/BA, 28 de maio de 2025.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

MARCELO COSTA RIBEIRO SILVA
SÓCIO ADMINISTRADOR - EVOLVE TECNOLOGIA LTDA

